ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Título do capítulo	CAPÍTULO 2 – HOMICÍDIOS NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
Autores (as)	
DOI	

Título do livro	ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020
Organizadores (as)	Daniel Cerqueira (Coord.) Samira Bueno (Coord.)
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
DOI	https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/ portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Um exemplo divulgado na imprensa é o do Ceará. Um dos líderes dos Guardiões do Estado (GDE), uma das maiores facções locais, declarou aos policiais da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), ao ser preso: "Há três meses (setembro 2018) foi decidido que os integrantes da facção iriam deixar de dar ataques aos membros de rivais, devendo apenas se proteger em caso de ataques" (Barbosa e Paiva, 2019). "Vocês devem ter notado que os homicídios diminuíram", complementou. Esta orientação ocorreu, portanto, antes de janeiro de 2019, quando as facções divulgaram "salves" reafirmando a trégua, em face da decisão do novo secretário de Administração Penitenciária do Ceará, Mauro Albuquerque, que, ao tomar posse naquele mês, ameaçou não mais separar os detentos por facção (Souza, 2019).

O fato é que, com base em dados de registros policiais, a taxa de crimes violentos letais intencionais diminuiu substancialmente nos anos de 2018 e 2019,[12] nos seis estados onde a guerra do narcotráfico foi mais intensa. Mas o que dizer do futuro em relação a esses conflitos?

Sem prejuízo da racionalidade nas orientações dos líderes das grandes facções criminosas, a tensão e as precárias condições nos estabelecimentos de execução penal no país tornam esse ambiente sempre um barril de pólvora, cujo rastilho pode se acender a qualquer momento, por razões pontuais e inesperadas. Por seu turno, a presunção sobre a correlação de forças entre as facções pode mudar ao longo do tempo, gerando novos incentivos para guerras. De um jeito ou de outro, a trégua entre facções é sempre instável e cíclica, o que pode ocasionar novos conflitos a partir de 2020.

Reunindo os quatro fatores causais aqui analisados, fica uma grande incerteza sobre a tendência dos homicídios para os próximos anos, na medida em que, se a demografia e a experiência acumulada de boas políticas públicas influenciam no sentido de diminuir os homicídios, a política armamentista e a instabilidade no processo de guerra e paz entre as facções penais conspiram a favor da ocorrência de mais mortes.

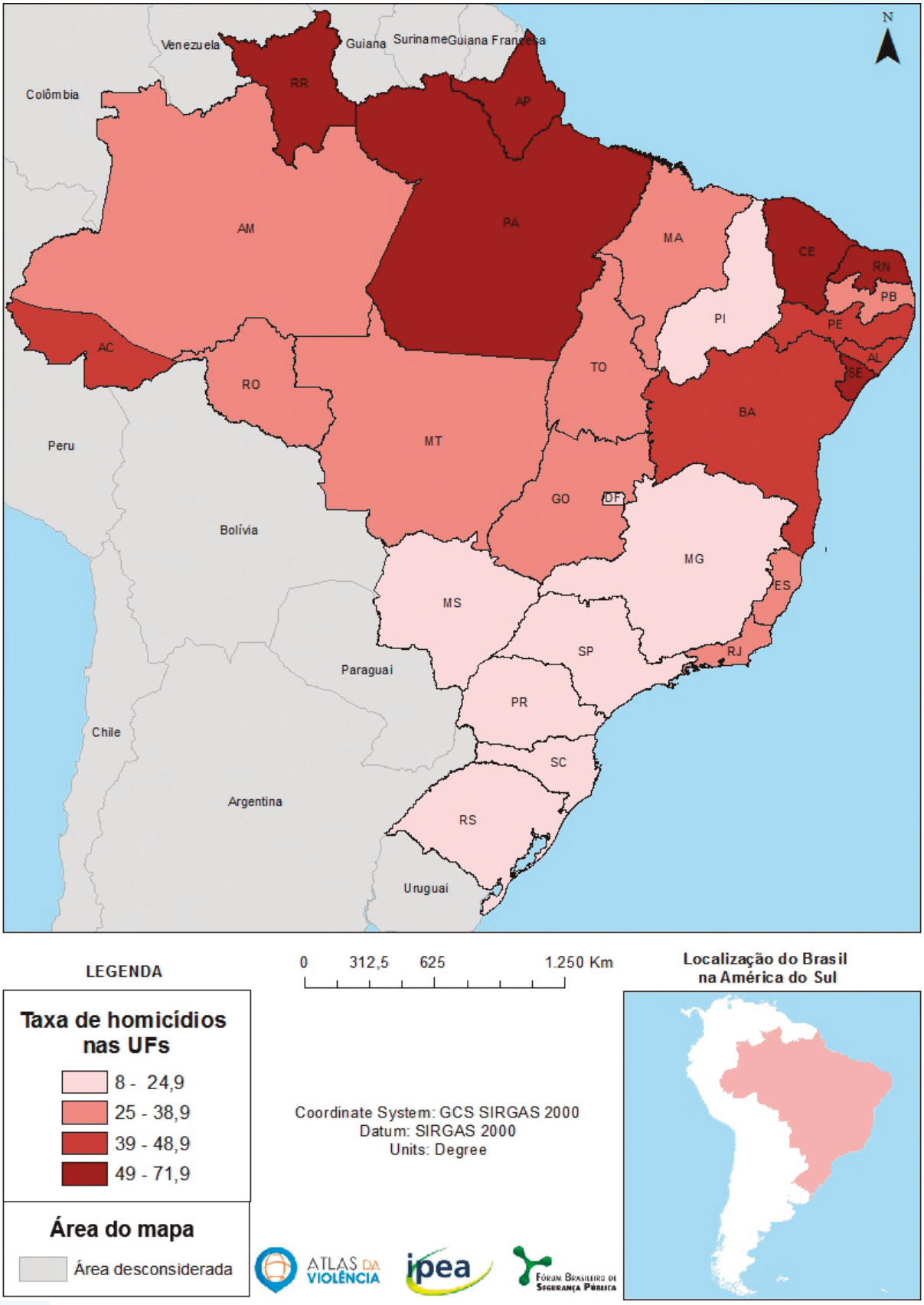
2 HOMICÍDIOS NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Ao analisar a evolução dos homicídios por UF de residência da vítima (mapa 1 e tabelas 1 e 2), verificamos grande heterogeneidade nas taxas por 100 mil habitantes, sendo que, em 2018, essas taxas se situaram no intervalo entre 8,2 (São Paulo) e 71,8 (Roraima).

12. A taxa de mortalidade pelos crimes violentos letais intencionais (soma das vítimas de homicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio) estão disponíveis no Monitor da Violência, parceria de dados do G1 com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). Mais informações em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>.

MAPA 1

Taxa de homicídios, por UF (2018)



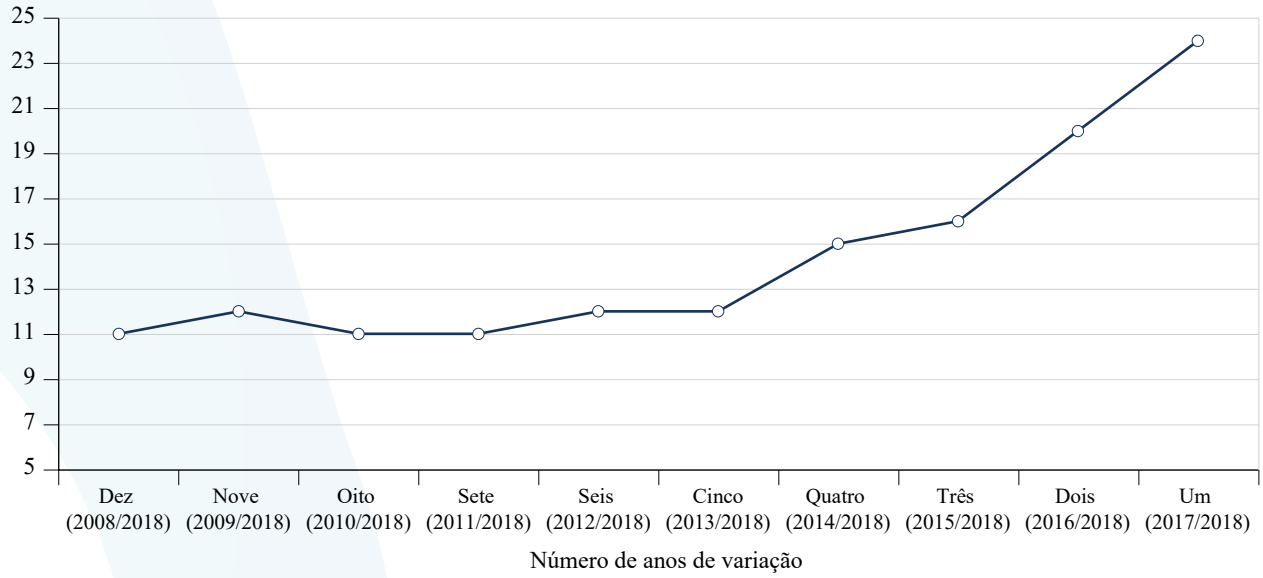
Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Quanto à variação das taxas entre 2017 e 2018, enquanto 24 UFs apresentaram diminuição nesse indicador, dois estados sofreram aumento inferior a 10%, observando-se aumento substancial dos homicídios no estado de Roraima (acima de 51,0%). Além disso, vale destacar que seis UFs apresentaram redução de mais de 20% em relação ao ano anterior.

É importante salientar que, ao mesmo tempo em que houve um decrescimento de 12,0% na taxa de homicídios agregada no país, entre 2017 e 2018, verificou-se a continuidade de um processo paulatino de redução de homicídios em um grande conjunto de UFs, que já estava em curso nos anos anteriores. O gráfico 4 mostra o número de UFs que, em relação ao ano de 2018, obtiveram redução nas taxas de homicídio, numa defasagem de dez anos (entre 2008 e 2018) a um ano (entre 2017 e 2018). Nesse gráfico, verifica-se uma clara tendência crescente, a partir de 2011, em que mais Unidades Federativas assistem a uma redução nas suas taxas de homicídios.

GRÁFICO 4

Número de UFs que reduziram a taxa de homicídios, considerando-se diferentes períodos de variação e tomando-se sempre 2018 como ano de comparação

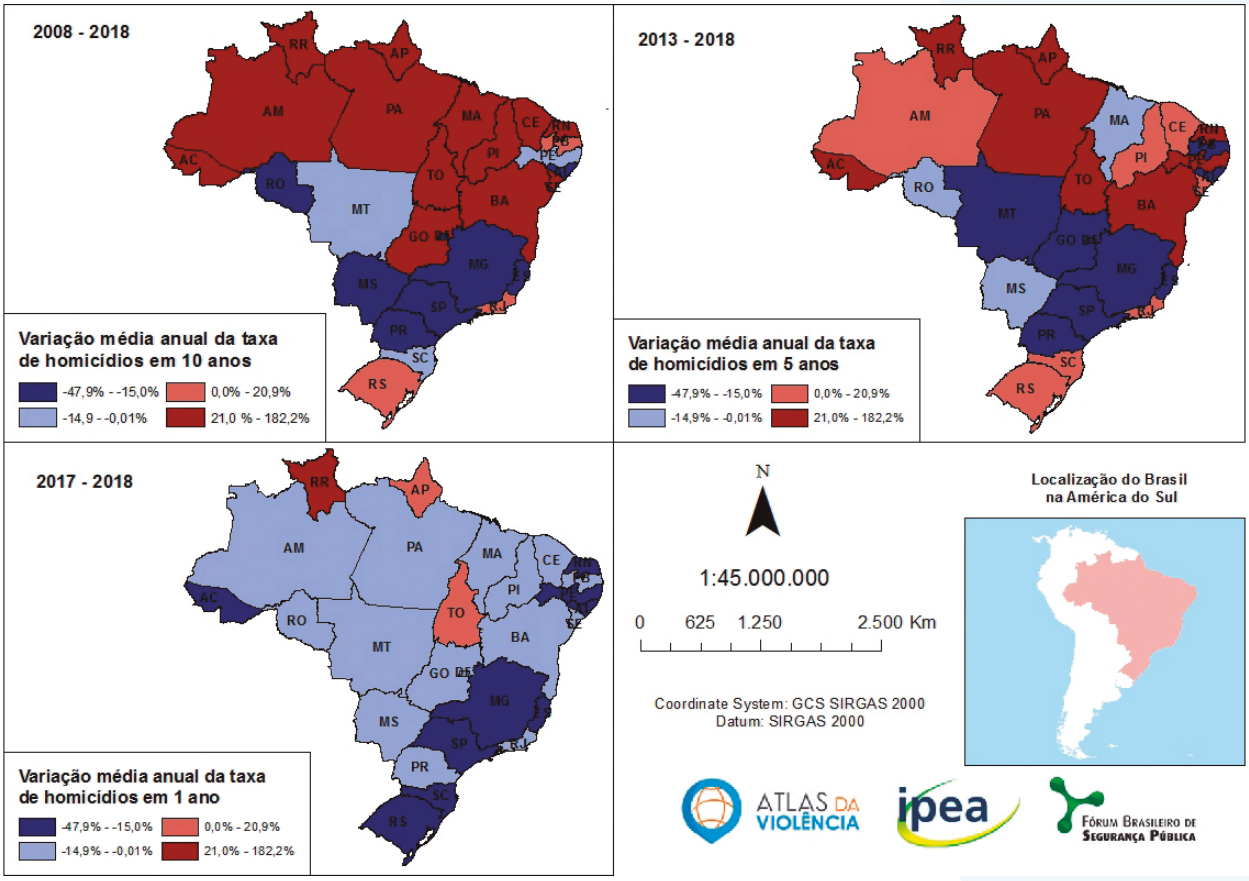


Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

O mapa 2 ilustra esse movimento, apresentando a variação média anual da taxa de homicídios em diferentes intervalos.

MAPA 2

Brasil: variação nas taxas de homicídios por UF nos últimos dez anos, cinco anos e um ano



Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Observando a tabela 1, verificamos que, ainda que os estados localizados nas regiões Norte e Nordeste tenham logrado a maior diminuição nas taxas de homicídio nesse ano, é interessante apontar que as dez UFs com maiores taxas de homicídio localizam-se nessas duas regiões.

Em 2018, entre as UFs com menores taxas de homicídio, tínhamos São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que *os indicadores de São Paulo devem ser encarados com grande reserva e desconfiança*, uma vez que, em 2018, houve a continuidade do processo de piora substancial da qualidade dos dados de mortalidade no estado. Naquele ano, as MVCI aumentaram 61,4%, e a taxa de MVCI atingiu 9,4 por 100 mil habitantes, superior à taxa de homicídios no estado, que foi de 8,2. Em outras palavras, o número de óbitos violentos por causa indeterminada em São Paulo é superior ao número de homicídios registrados, fato absolutamente incomum, que causa grande preocupação.

Analisando a variação no último ano, observamos que as duas UFs que lograram maior aumento na taxa de homicídios em 2018, em relação ao ano anterior, foram Roraima (+51,3%) e Amapá (+7%). Certamente, a violência nesses dois estados foi influenciada pela relação com os países vizinhos.

A crise econômica e social na Venezuela continuou em 2018, quando a taxa de homicídios atingiu 81,0 por 100 mil habitantes, segundo o Observatório de Violência da Venezuela (Ostos, 2019). Tais condições adversas nesse país pressionaram as condições sociais e a prevalência de crimes em Roraima, não apenas pela forte migração, mas também pelo tráfico entre as fronteiras, num processo que já vinha desde anos anteriores.

Quanto ao Amapá, o estado possui uma fronteira de 600 km com a Guiana Francesa. A questão da migração e do tráfico ilegal entre os dois territórios também exerceu influência na taxa de criminalidade no estado, conforme apontado no relatório do Overseas Security Advisory Council (OSAC), uma *joint venture* entre o Departamento de Estado norte-americano e o setor privado. Segundo o relatório da OSAC, *French Guiana 2019 Crime & Safety Report*, o crime violento naquele departamento ultramarino francês tem aumentado nos últimos anos, no rastro das altas taxas de pobreza, desemprego e desigualdade econômica e das questões criminais que envolvem migração e tráfico ilegais, que ocorrem ao longo da fronteira com o Brasil (OSAC, 2019).

As três UFs com maior diminuição na taxa de homicídios foram Acre (-24,4%), Pernambuco (-22,9%) e Espírito Santo (-22,6%). Ainda que nessas duas últimas o número de MVCI[13] tenha aumentado substancialmente em 2018, o que pode ter contribuído para potencializar a queda dos homicídios, isso nem de longe anularia a diminuição substancial de mortes violentas intencionais que, de fato, ocorreu.

No Acre, a partir de 2016, quando foi deflagrada a guerra entre o CV e o Bonde dos 13, aliado do PCC, o número de homicídios aumentou vertiginosamente na rota do tráfico, do Alto Juruá (região de fronteira com a Bolívia) à Região Metropolitana de Rio Branco. Em 2018, circularam "salves" em mensagens via WhatsApp, anunciando uma trégua[14] entre as facções, que teria durado até agosto de 2019, quando novas mensagens teriam orientado seus membros para a guerra. Se houve ou não um armistício velado, ou mesmo declarado, o fato é que o número de homicídios diminuiu substancialmente, ainda que o estado tenha ficado com uma taxa por 100 mil habitantes de 47,1, acima da média nacional. Como causas da diminuição dos homicídios nesse estado, não se pode descartar também a atuação do governo estadual, que, nos últimos anos, fez vultosos investimentos na segurança pública.

Depois do sucesso do programa Pacto pela Vida, lançado em 2007, que contribuiu para a diminuição de homicídios em Pernambuco até 2013 (Silveira Neto *et al.*, 2014), as taxas de mortes violentas voltaram a aumentar substancialmente em 2016 e 2017, período de maior intensidade da guerra das facções. Em 2018, ano marcado pela diminuição das agressões entre as grandes facções penais nos estados do Norte e Nordeste, a taxa de homicídios diminuiu substancialmente. Segundo a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, a queda seria resultante de um processo de interiorização da polícia e contratação, entre 2017 e 2018, de 4.240 integrantes para as forças de segurança, entre policiais militares, civis, bombeiros e polícia técnica (Alves, 2019). Entretanto, como a própria secretaria identificou que entre 65% e 75% dos crimes violentos letais intencionais estão relacionados ao tráfico de drogas, fica o mistério de como a polícia pode ter interferido na dinâmica de agressões mútuas entre os membros das facções, fazendo diminuir as mortes.

A terceira maior queda de homicídios observada em 2018 foi a do Espírito Santo. Depois da diminuição gradativa das taxas a partir de 2010, como consequência dos investimentos, da reforma do sistema penitenciário e da criação do Programa Estado Presente,[15] houve aumento dos homicídios no estado em 2017, atribuído ao período de greve da Polícia Militar, em fevereiro, quando 215 pessoas foram assassinadas. Entende-se que o movimento de redução de homicídios em 2018 possui relação com a recomposição da tendência anterior de diminuição da letalidade no estado.

Analisando-se a tabela 1, vale ressaltar o mais longevo período de redução das taxas de homicídio, que vem ocorrendo na Paraíba. Desde 2011, quando foi implantado o programa Paraíba Unidos pela Paz, por sete anos consecutivos a taxa de homicídio vem diminuindo naquele estado. Esse programa segue os mesmos princípios do Pacto pela Vida (2007), de Pernambuco, e do Estado Presente (2011), do Espírito Santo. Ambos os programas mesclaram três ingredientes fundamentais: *i*) política orientada por resultados, com planejamento e liderança

13. No Espírito Santo e em Pernambuco, o aumento do número de MVCI em 2018 foi de 82,5% e 27,5%, respectivamente. Por sua vez, o aumento das taxas de MVCI por 100 mil habitantes em 2018, para esses dois estados, foi 3,0 e 1,9, respectivamente. Mesmo que todas as MVCI fossem, na verdade, homicídios ocultos, isto não anularia a queda substancial das taxas de homicídio, que foi de -8,5 e -13,1 por 100 mil habitantes, nesses dois estados, respectivamente.
14. Segundo o secretário de segurança, seriam *fakes* (Trégua..., 2019).
15. Ver Cerqueira *et al*. (2020).

pessoal de governadores; *ii*) integração e qualificação do trabalho policial, com ênfase na inteligência; e *iii*) ações de prevenção social focalizadas nos jovens residentes em territórios conflagrados e com alta vulnerabilidade social.

TABELA 1
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por UF (2008-2018)

	Taxa de homicídio											Variação (%)		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2008-2018	2017-2018	2013-2018
Brasil	**26,7**	**27,2**	**27,8**	**27,4**	**29,4**	**28,6**	**29,8**	**28,9**	**30,3**	**31,6**	**27,8**	**4,0**	**-12,0**	**-2,6**
Acre	19,6	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	47,1	140,6	-24,4	56,1
Alagoas	60,3	59,3	66,9	71,4	64,6	65,1	62,8	52,3	54,2	53,7	43,4	-28,1	-19,3	-33,4
Amapá	34,2	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	50,0	7,0	67,8
Amazonas	24,8	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	37,8	52,1	-8,3	20,8
Bahia	33,2	37,1	41,7	39,4	43,4	37,8	40,0	39,5	46,9	48,8	45,8	37,9	-6,1	21,1
Ceará	23,9	25,3	31,8	32,7	44,6	50,9	52,3	46,7	40,6	60,2	54,0	126,0	-10,4	6,0
Distrito Federal	31,8	33,8	30,6	34,6	36,0	30,0	29,6	25,5	25,5	20,1	17,8	-43,9	-11,2	-40,6
Espírito Santo	56,4	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0	37,9	29,3	-48,0	-22,6	-30,6
Goiás	30,7	32,1	33,0	37,4	45,4	46,2	44,3	45,3	45,3	42,8	38,6	26,1	-9,7	-16,4
Maranhão	20,3	22,0	23,1	23,9	26,5	31,8	35,9	35,3	34,6	31,1	28,2	39,1	-9,5	-11,5
Mato Grosso	31,7	33,3	32,0	32,8	34,5	36,4	42,1	36,8	35,7	32,9	28,7	-9,3	-12,8	-21,0
Mato Grosso do Sul	29,9	30,7	26,8	27,2	27,3	24,3	26,7	23,9	25,0	24,3	20,8	-30,4	-14,3	-14,5
Minas Gerais	19,6	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0	20,4	16,0	-18,2	-21,4	-30,0
Pará	39,1	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	53,2	36,2	-2,7	24,5
Paraíba	27,5	33,5	38,6	42,6	40,0	39,6	39,3	38,3	33,9	33,3	31,1	13,2	-6,6	-21,4
Paraná	32,5	34,6	34,3	32,1	33,0	26,7	26,9	26,3	27,4	24,4	21,5	-33,8	-11,7	-19,4
Pernambuco	50,9	45,0	39,5	39,2	37,3	33,9	36,2	41,2	47,3	57,2	44,1	-13,3	-22,9	30,1
Piauí	11,6	12,2	13,2	14,0	16,6	18,8	22,4	20,3	21,8	19,4	19,0	63,9	-2,5	0,9
Rio de Janeiro	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4	38,4	37,6	5,5	-2,0	20,5
Rio Grande do Norte	23,0	25,5	25,6	33,0	34,8	42,9	47,0	44,9	53,4	62,8	52,5	128,2	-16,5	22,3
Rio Grande do Sul	21,9	20,5	19,5	19,4	22,1	20,8	24,3	26,2	28,6	29,3	23,8	8,7	-18,7	14,5
Rondônia	32,1	35,8	34,9	28,5	33,1	27,9	33,1	33,9	39,3	30,7	27,1	-15,7	-11,7	-3,1
Roraima	25,4	28,0	26,9	20,6	30,7	43,8	31,8	40,1	39,7	47,5	71,8	182,3	51,3	63,8
Santa Catarina	13,3	13,4	13,2	12,8	12,9	11,9	13,5	14,0	14,2	15,2	11,9	-10,1	-21,8	0,2
São Paulo	15,4	15,8	14,6	14,0	15,7	13,8	14,0	12,2	10,9	10,3	8,2	-47,0	-20,3	-40,8
Sergipe	27,8	32,3	32,7	35,0	41,6	44,0	49,4	58,1	64,7	57,4	49,7	79,2	-13,3	13,2
Tocantins	18,5	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,6	35,9	36,7	98,0	2,0	55,2

Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

TABELA 2

Número de homicídios, por UF (2008-2018)

	Número de homicídios											Variação (%)		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2008-2018	2017-2018	2013-2018
Brasil	**50.659**	**52.043**	**53.016**	**52.807**	**57.045**	**57.396**	**60.474**	**59.080**	**62.517**	**65.602**	**57.956**	**14,4**	**-11,7**	**1,0**
Acre	133	153	165	164	208	234	232	217	363	516	409	207,5	-20,7	74,8
Alagoas	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813	1.441	-23,6	-20,5	-32,9
Amapá	210	190	260	209	253	225	256	293	381	383	426	102,9	11,2	89,3
Amazonas	830	916	1.082	1.292	1.344	1.191	1.240	1.472	1.452	1.674	1.542	85,8	-7,9	29,5
Bahia	4.819	5.432	5.844	5.549	6.148	5.694	6.052	6.012	7.171	7.487	6.787	40,8	-9,3	19,2
Ceará	2.019	2.165	2.688	2.792	3.841	4.473	4.626	4.163	3.642	5.433	4.900	142,7	-9,8	9,5
Distrito Federal	812	882	786	902	954	837	843	742	760	610	530	-34,7	-13,1	-36,7
Espírito Santo	1.947	1.985	1.792	1.672	1.667	1.622	1.609	1.450	1.270	1.521	1.165	-40,2	-23,4	-28,2
Goiás	1.792	1.902	1.979	2.272	2.793	2.975	2.887	2.997	3.036	2.901	2.675	49,3	-7,8	-10,1
Maranhão	1.277	1.398	1.519	1.591	1.777	2.163	2.462	2.438	2.408	2.180	1.982	55,2	-9,1	-8,4
Mato Grosso	937	1.000	972	1.009	1.074	1.158	1.358	1.203	1.180	1.102	989	5,5	-10,3	-14,6
Mato Grosso do Sul	699	725	656	673	683	630	700	634	671	659	572	-18,2	-13,2	-9,2
Minas Gerais	3.889	3.742	3.646	4.262	4.562	4.717	4.724	4.532	4.622	4.229	3.372	-13,3	-20,3	-28,5
Pará	2.860	2.989	3.521	3.073	3.236	3.405	3.446	3.675	4.223	4.575	4.528	58,3	-1,0	33,0
Paraíba	1.029	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551	1.551	1.522	1.355	1.341	1.244	20,9	-7,2	-19,8
Paraná	3.445	3.698	3.586	3.376	3.489	2.936	2.980	2.936	3.080	2.759	2.443	-29,1	-11,5	-16,8
Pernambuco	4.446	3.963	3.473	3.471	3.327	3.124	3.358	3.847	4.447	5.419	4.190	-5,8	-22,7	34,1
Piauí	361	385	411	440	525	598	717	650	701	626	619	71,5	-1,1	3,5
Rio de Janeiro	5.662	5.365	5.667	4.781	4.772	5.111	5.718	5.067	6.053	6.416	6.455	14,0	0,6	26,3
Rio Grande do Norte	714	800	810	1.054	1.124	1.447	1.602	1.545	1.854	2.203	1.825	155,6	-17,2	26,1
Rio Grande do Sul	2.380	2.242	2.085	2.077	2.382	2.322	2.724	2.944	3.225	3.316	2.699	13,4	-18,6	16,2
Rondônia	480	538	546	450	526	483	578	600	703	554	476	-0,8	-14,1	-1,4
Roraima	105	118	121	95	144	214	158	203	204	248	414	294,3	66,9	93,5
Santa Catarina	802	820	823	811	821	789	905	957	984	1.066	843	5,1	-20,9	6,8
São Paulo	6.332	6.557	6.039	5.842	6.566	6.035	6.185	5.427	4.870	4.631	3.727	-41,1	-19,5	-38,2
Sergipe	555	653	676	731	879	965	1.097	1.303	1.465	1.313	1.133	104,1	-13,7	17,4
Tocantins	237	289	327	361	379	349	381	503	577	557	570	140,5	2,3	63,3

Fonte: SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.